

Cid confirma à PF que Moraes foi monitorado após derrota de Bolsonaro

Investigações mostraram que itinerários do ministro do STF foram vigiados por integrantes do governo do ex-presidente

PAOLA SERRA
perfil: zero@globo.com.br

A prestar depoimento pela quarta vez à Polícia Federal, o tenente-coronel Mauro Cid confirmou que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), teve os seus passos monitorados. A informação foi revelada durante as investigações sobre uma suposta trama em que integrantes do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) teriam acompanhado itinerários, deslocamentos e localizações do magistrado com o objetivo de capturá-lo e detê-lo após a assinatura de um decreto de golpe de Estado.

O ex-ajudante de ordens de Bolsonaro também reiterou a realização de ao menos cinco reuniões entre o ex-presidente, integrantes de sua gestão e militares para discutir tramas golpistas, informou o colunista do GLOBO Bela Megale.

A PF, o ex-ajudante de ordens esclareceu as circunstâncias em que foi realizada a vigilância do ministro. Há cerca de um mês, os agentes deflagraram uma operação contra o ex-presidente, seus ex-ministros e ex-assessores investigados por tentarem agir contra a democracia e invalidar as eleições de 2022.

De acordo com a Polícia Federal, o núcleo de inteligência, composto pelo general Augusto Heleno, por Mauro Cid e por Marcelo Câmara — que, segundo as investigações, assistiam o ex-presidente com dados e informações para auxiliá-lo na tomada de decisões — “teria monitorado a agenda, o deslocamento aéreo e a localização” de Moraes, “com o escopo de garantir a captura e a detenção do então chefe do Poder Judiciário Eleitoral nas primeiras horas do início da tarde”.

Considerando que a minuta do decreto que declarava o golpe de Estado previa a prisão do ministro Alexandre de Moraes, o acompanhamento e monitoramento da autoridade — inclusive durante o Natal (24/12/2022) — demonstra que o grupo criminoso tinha intenções reais de consumir a subversão do regime democrático, procedendo a eventual captura e detenção do chefe do Poder Judiciário Eleitoral”, acrescenta a Polícia Federal.

O relatório aponta que Cid e Câmara usavam o codinome “professora” para identificar o ministro do STF. Os deslocamentos feitos entre Brasília e São Paulo por Moraes no período coincidem com as informa-

Garnier só fala à PF se acessar depoimentos

➤ Defesa do ex-comandante da Marinha Almirante Arnaldo Garnier afirmou que ele só vai prestar esclarecimentos à Polícia Federal após ter acesso integral dos depoimentos dos tenentes-coronel Mauro Cid e dos ex-comandantes Freire Gomes (Exército) e Baptista Junior (Aeronáutica).



Detenção. Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, também atendeu a realização de cinco reuniões golpistas

TRECHOS DO INQUÉRITO EXPÕEM ARAPONGAGEM A MAGISTRADO

Assim, o termo “planilha” utilizado por MARCELO CÂMARA para se referir ao documento que seria entregue ao ministro Alexandre de Moraes, o acompanhamento e monitoramento da autoridade — inclusive durante o Natal (24/12/2022) — demonstra que o grupo criminoso tinha intenções reais de consumir a subversão do regime democrático, procedendo a eventual captura e detenção do chefe do Poder Judiciário Eleitoral.

ções relatadas pelos ex-assessores de Bolsonaro e também com as reuniões realizadas no Palácio da Alvorada sobre a confecção de uma minuta golpista.

NOVOS DEPOIMENTOS

Já reuniões confirmadas por Cid, mapeadas pela PF, foram as que o ex-assessor especial da Presidência Filipe Martins apresentou uma minuta com proposta de decreto de golpe; com chefes das Forças Armadas,

após Bolsonaro pedir ajustes na minuta; a com o coronel do Exército Bernardo Romão Correia Neto, que convocou oficiais com formação especial (os Kids Pretos) favoráveis ao golpe; com o major Rafael Martins, que teria pedido verba para financiar a ida de manifestante a Brasília; e uma reunião com ministros em que a polícia identificou “dinâmica golpista”.

Agora, os agentes federais aguardam o novo depoimento

do tenente-coronel do Exército Ronald Ferreira de Araújo Junior. Após ficar em silêncio em sua primeira ida à PF, ele pediu que o STF marque outra data. Lotado no Centro de Comunicação do Exército, ele também é investigado por, segundo as investigações, ter recebido de Cid documentos com uma série de decisões de ministros do STF e do TSE em desfavor do ex-presidente. As investigações apontam que seriam o complemento da “mi-

nuta de decretação do estado de exceção, para reverter a ordem jurídica do país”. Em nota, os advogados de Araújo Junior afirmam que ele quer evitar “especulações sobre sua participação, negada veementemente em qualquer planejamento, ideia ou sugestão a abolição ao estado democrático de Direito”.

Marcelo Câmara também solicitou que seja marcado um novo depoimento, após ficar em silêncio ao ser intimado.

Carmen Lúcia se opõe a anistia para condenados do 8/1

Ministra diz que instrumento serve para propósitos humanitários e que não pode haver desvio de finalidade: ‘Não me parece ser o caso’

DANIEL GULLINO
perfil: zero@globo.com.br

A ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou não “parecer ser o caso” de conceder uma anistia aos investigados e condenados pelos atos golpistas do dia 8 de janeiro. Para ela, esse instrumento só deve ser utilizado quando houver penas avaliadas como indevidas ou desumanas.

A anistia foi defendida pelo ex-presidente Jair Bol-

somaro (PL) há duas semanas. O ex-mandatário chamou os condenados pelo 8 de janeiro de “pobres coitados” e afirmou que as penas impostas “fogem ao mínimo da razoabilidade”. Para Carmen, a “anistia é um instrumento que vem para dar um caráter humanitário a determinadas situações, nas quais as penas sejam consideradas indevidas, desumanas, ou injustas de se ler”.

— Não, (o 8 de janeiro) não me parece ser o caso. Mas, se vier, eventualmen-

te vai ser judicializado. Vamos examinar. Não há assunto proibido — declarou a ministra, em entrevista à GloboNews. A magistrada afirmou ainda que não pode haver “desvio de finalidade” ao conceder uma anistia.

— Cada instituto no Direito tem uma finalidade e não pode

haver desvio de finalidade. O que vai ser perguntado é isso: qual é a finalidade? Até agora, o STF já condenou 131 pessoas pelos ataques antidemocráticos aos prédios dos três Poderes, a penas que variam entre três e 17 anos de prisão.

TORNOZELEIRA
Na terça-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, autori-

zou que Karina Rosa dos Reis, uma das presas pelo 8 de janeiro, retire sua tornozeleira eletrônica para tratar um câncer. A decisão foi tomada diante de requerimento da defesa. Karina argumentou que precisará realizar uma cirurgia no dia 20 para tratar um câncer na tireoide. A ré não pode usar nenhum equipamento eletrônico ou de metal durante o procedimento.

“Autorizo a retirada do equipamento de monitora-

mento eletrônico da requerente durante o período estritamente necessário para o procedimento cirúrgico e sua recuperação. Ressalte-se o caráter provisório da presente decisão, que vigorará apenas para a realização da cirurgia. Além disso, esta decisão não dispensa a requerente do cumprimento das demais medidas cautelares a ela impostas”, deferiu Moraes.

De acordo com a decisão de Moraes, Karina vai precisar apresentar a documentação comprobatória da realização da cirurgia, bem como a informação médica de perspectiva de alta, além de seguir as demais “medidas cautelares a ela impostas” na Comarca de Araxá.

Perícia aponta que ouro de Valdemar veio do exterior

Análises indicam que pepita apreendida na casa do dirigente não é compatível com o solo e as formações rochosas da Amazônia

EDUARDO GONÇALVES
perfil: zero@globo.com.br

Perícia preliminar da Polícia Federal apontou que a pepita de 39 gramas de ouro encontrada com Valdemar Costa Neto, presidente do PL, e uma peça rara de coleção de e foi retirada de um garimpo artesanal fora do Brasil. O objeto foi apreendido em um endereço do dirigente, quando a PF cumpria mandado de busca e apreensão contra ele.

As análises técnicas indicam que a morfologia da peça não é compatível com o solo e as formações rochosas da Amazônia,

por meio do programa Ouro Alvo, a PF consegue identificar a origem do material confiscado em operações a partir de um banco de amostras de perfis auríferos. Os peritos concluíram que a pepita é rara devido aos indícios de que ela foi retirada da chamada “rocha mãe” com o mesmo tamanho em que foi apreendida — geralmente, o ouro é encontrado em fragmentos bem menores. Isso também reforçou a suspeita de que a peça venha de algum garimpo artesanal, pois na mineração industrial as rochas são detonadas com explosivos, o

que impede que objetos grandes sejam encontrados. Os técnicos também apontam que a rocha de origem da pepita seja de formação recente — uma cadeia montanhosa, como os Andes, na América do Sul, ou a costa do Pacífico, nos Estados Unidos e no Canadá. As rochas da região amazônica são de formação mais antiga. A análise da PF está em andamento. Nesta semana, a pepita passou por um acelerador de partículas que verifica a inconstância de outros minerais, o que pode fornecer mais detalhes sobre a rocha mãe. Segundo um laudo prelimi-



Raridade. Pepita de ouro de 39 gramas: no Brasil, peças são menores

nar, a pepita tem um teor aproximado de 91,76% de ouro e valeria cerca de R\$ 11,6 mil. Valdemar foi alvo da Operação Tempus Veritatis da PF, que investiga o envolvimento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em uma suposta trama golpista para mantê-lo no poder e impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Na época da apreensão, Valdemar chegou a ter a prisão preventiva decretada em razão da apreensão da pepita de origem suspeita e de um revólver com o registro vencido; ele foi liberado dois dias depois. Procurada, a defesa de Valdemar disse que não se manifestaria. Na época da apreensão, os advogados afirmaram que a peça era de “baixo valor” e estava guardada como uma “reliquia”.